

Considerações relevantes sobre definições de ‘comunidade de fala’

Aline Aver Vanin

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Av. Ipiranga, 6681, 90619-900, Partenon, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: aline.vanin@ymail.com

RESUMO. O objetivo deste texto é fazer uma breve revisão de literatura acerca do debate sobre a definição de ‘comunidade de fala’ para a Sociolinguística. Tal conceito advém da necessidade de analisar e sistematizar as variantes utilizadas por indivíduos que compartilham informações linguísticas similares por conviverem em uma mesma região. Percebe-se que, sendo a unidade de estudo da Sociolinguística, a noção de comunidade de fala acaba se tornando ampla para os propósitos dessa disciplina, levando autores a restringi-la a dois níveis: o de rede social e o de comunidade de prática.

Palavras-chave: sociolinguística, comunidade de fala, microníveis, redes sociais, comunidades de prática.

ABSTRACT. Relevant considerations concerning some definitions of “speech community”. The aim of this text is to make a brief literature review of the various definitions of ‘speech community’ to Sociolinguistics. This concept arises from the need of analyzing the several linguistic variants used by individuals from certain place. The notion of speech community is the unit of study of Sociolinguistics, but some linguists realized that it is too broad to their purposes, which takes to restriction of this concept into two levels: the social network and the practice community concepts.

Key words: sociolinguistics, speech community, micro-levels, social network, practice communities.

Introdução

De um lugar para outro do Brasil, pode-se perceber ampla variedade de diferenças no português falado. Contudo, o falante nativo dessa língua está apto a compreender um interlocutor de uma região diferente da sua, mesmo que às vezes ocorram falhas na comunicação pela presença de um léxico ou de expressões incomuns para ele. É o caso, por exemplo, de ‘vamos embora’, do português padrão, pronunciado somente como ‘bó’, no Ceará¹, o que gera estranheza àqueles que não fazem parte desse local. Mesmo assim, essas duas expressões fazem parte do português brasileiro, mesmo que se possam perceber variações na língua. Além do lexical, a variação pode ocorrer também em outros níveis, como o fonológico, o morfológico e o sintático, além do semântico. Interessa mostrar, neste texto, que apesar de tantas diferenças abrangendo o território nacional ainda assim a comunicação entre interlocutores de diferentes regiões pode ser plena.

Sendo produto de um comportamento social e cultural imbricado, a língua sofre variações de acordo com o meio onde está inserida. Da mesma forma, há variações que podem ser atestadas por qualquer observador mais atento que está deslocado de sua região de origem. Vale frisar que os indivíduos podem utilizar variantes de acordo com o contato com os seus pares, assemelhando a sua fala com as dos outros membros de uma mesma comunidade. Por causa dessa diversidade e da heterogeneidade da língua, Tarallo (1986) expõe que a teoria Sociolinguística tem por objetivo analisar e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Em outras palavras, essa teoria pretende correlacionar aspectos de língua e de sociedade, identificando os grupos de falantes que possuem características linguísticas em comum. É por isso que, para a Sociolinguística, a comunidade de fala – e não o indivíduo – é a unidade de estudo.

Contudo, ao buscar um conceito de comunidade de fala que caiba no escopo da Sociolinguística, estudiosos da área deparam-se com um grande problema: há uma intersecção de definições a respeito dessa noção, as quais abrangem diferentes olhares sobre esse objeto de estudo. Isso ocorre porque, segundo Severo (2008), o conceito de

¹ Dado coletado da reportagem *A língua do Ceará*, de Aline Oliveira, do Jornal Hoje (Rede Globo), no dia 24/5/2008. Segundo a matéria, ‘Vamos embora’ é uma simplificação do português arcaico ‘Vamos em boa hora’, que se tornou ‘vambora’, ‘bora’ e, finalmente, ‘bó’. Essa reportagem está disponível em: <<http://jornalhoje.globo.com/JHoje/0,19125,VJS0-3076-20080524-322515,00.html>>. Acesso em: 26 maio 2008.

comunidade de fala se articula em torno de aspectos sociais, psicológicos/identificatórios e linguísticos. Hymes (1964), por exemplo, acredita que essa noção, empiricamente definida em termos de populações e estruturas de comunicação, relacionaria as características da língua, da personalidade e da estrutura social (aqui incluindo sociedade e cultura). Do mesmo modo, Gumperz (1996) indica que há diversidade dentro da própria comunidade de fala, já que essa se constitui por várias redes de socialização ligadas a padrões de uso e de interpretação linguísticos. Já para Wardhaugh (2002, p. 27) é possível delimitar a comunidade de fala pelos aspectos individuais, já que “cada indivíduo cria o sistema para seu comportamento verbal a fim de que ele possa se parecer com aqueles do grupo ou dos grupos com os quais, de tempos em tempos, ele possa se identificar”. O último aspecto, a conceituação desse objeto via processos linguísticos, é defendido por Guy (2001), para o qual uma comunidade de fala é formada por falantes que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros, comunicam-se relativamente mais entre si do que com outros e partilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Esses três aspectos são considerados na busca e na formulação de um conceito para comunidade de fala. Por isso, serão apontadas as definições mais comuns acerca desse conceito para que então se possa chegar a pelo menos uma noção consistente e possível para o objeto da Sociolinguística. Há grande debate sobre qual seria a melhor definição para comunidade de fala e, apesar das muitas divergências a respeito do assunto, há certo consenso de que os membros de uma mesma comunidade de fala devem compartilhar normas linguísticas, incluindo entendimento, valores e atitudes sobre as variedades da língua presentes nas trocas comunicativas.

Algumas concepções sobre ‘comunidade de fala’

Toma-se, inicialmente, uma definição bastante simples de comunidade de fala, dada por Bloomfield (1926, p. 42), para o qual “é um grupo de pessoas que interage por meio da fala”. Essa ideia geral sobre o objeto de estudo da Sociolinguística é bastante ampla, o que leva Gumperz (1968) a restringi-la, argumentando que uma comunidade de fala é um grupo de falantes – não necessariamente de uma mesma língua – que compartilha um conjunto de normas e regras para o uso da língua. Para este autor, deve haver diferenças linguísticas específicas entre os membros de uma comunidade de fala e os que estão

fora dela. Nesse sentido, essa definição abrange o aspecto social da língua, da comunicação, mas limita a tendência natural para a interação das línguas umas com as outras, com a possibilidade de se sobreporem.

Já Labov (1972) afirma que uma comunidade de fala é aquela que compartilha normas e ‘atitudes’ sociais perante uma língua ou variedade linguística. Para esse linguista,

A comunidade de fala não é definida por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas, sobretudo, pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. Essas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos, e pela uniformidade de seus termos abstratos de variação, que são invariáveis com relação aos níveis particulares de uso (LABOV, 1972, p. 120-121, tradução nossa)².

Pode-se perceber que Labov prioriza o caráter de ‘consciência’ das atitudes dos falantes em relação às normas gramaticais compartilhadas pelo grupo para caracterizar uma comunidade de fala. Para ele, os membros de uma comunidade de fala não têm de, necessariamente, falar da mesma forma; eles simplesmente compartilham uma série de avaliações sobre a comunidade de fala. Assim, o linguista opta pela uniformidade das atitudes dos falantes em relação à língua para definir as fronteiras de uma comunidade de fala e, com isso, evitar certo tipo de variação. Dessa forma, Labov garante homogeneidade no seu objeto de estudo – a comunidade de fala –, e não na língua, que é um sistema heterogêneo. Tanto o é que o estudo desse autor sobre a centralização em /aw/ e /ay/ em Martha’s Vineyard (LABOV, 1972) é visto como tendo um significado social para os integrantes daquele local e, portanto, considerando aquela comunidade de maneira uniforme.

No entanto, para Figueroa (1994), não há vinculação clara entre indivíduo e comunidade de fala, em que o primeiro está subordinado ao segundo, sendo difícil observar o comportamento linguístico, uma vez que esse seria determinado pelo grupo. Ainda sob esse argumento, e observando que os dados de uma pesquisa são levantados pela entrevista com membros de uma comunidade de fala, acredita-se não haver como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento linguístico é extraído de seus

² “The speech community is not defined by any marked agreement in the use of language elements, so much as by participation in a set of shared norms. These norms may be observed in overt types of evaluative behavior, and by the uniformity of abstract patterns of variation which are invariant in respect to particular levels of usage.”

indivíduos. Na teoria laboviana, a particularidade do sujeito seria excluída: o indivíduo seria tomado como um ‘tipo social’.

Observa-se, com essa delimitação, que Labov crê numa comunidade de fala homogênea, dado que, para ele, semelhantes atitudes e valores são compartilhados por um grupo de falantes. No entanto, de acordo com Severo (2008), se o conceito de comunidade de fala tivesse esse *status*, pressupor-se-ia que todos os indivíduos concordariam em suas avaliações sobre as variantes linguísticas. A pluralidade de contextos de uso da língua leva a autora a questionar esse posicionamento: para ela, uma comunidade de fala é heterogênea, visto seus componentes circularem por diferentes grupos sociais. Por isso, se a realidade dinâmica e conflitiva dos vários falares dos indivíduos de uma mesma comunidade for considerada, a noção de comunidade de fala é abstrata.

Romaine (1980) também discorda da ideia de homogeneidade da comunidade de fala, já que as mudanças não ocorrem em toda a comunidade, mas são fenômenos individuais. Para a autora, os sujeitos interagem com diferentes grupos e, por isso, podem assumir diferentes características linguísticas. Dessa forma, valores sociais diversos são atribuídos às variantes linguísticas de forma diversificada. A mesma autora afirma que, em diferentes comunidades de fala, fatores sociais e linguísticos estão ligados não apenas a formas diversificadas, mas em diferentes graus; então, a imbricação da estrutura social e linguística em uma dada comunidade de fala é uma questão de investigação e não pode ser tomada como dada (ROMAINE, 1980).

Nesse sentido, Hymes (1972) afirma que o conceito de comunidade de fala está ligado a pessoas que compartilham regras de conduta e interpretação de fala de, pelo menos, uma variedade linguística. Para ele, antes do critério linguístico interessa o critério social. Segundo Figueroa (1994), Hymes prioriza muito mais os aspectos sociais na delimitação desse conceito, admitindo que um indivíduo pode participar de diferentes comunidades de fala, tornando a relação entre ele e a comunidade bastante flexível. Assim, a comunidade de fala envolve questões sociais, não sendo suficiente concentrar-se no estudo das regras gramaticais que regem certo grupo de indivíduos. Concordando com essa ideia, Romaine (1994) define comunidade de fala como um grupo de pessoas que não necessariamente compartilham a mesma língua, e talvez nem mesmo um conjunto de normas e regras para o uso da língua. Para ela, os limites entre comunidades de fala seriam essencialmente sociais,

ao invés de linguísticos, já que essas não são necessariamente coextensivas a uma comunidade linguística³.

A partir disso, a homogeneidade na comunidade de fala, como pressuposta por Labov, é questionada por Romaine (1980; 1994), para a qual as variações linguísticas não ocorrem em toda a comunidade de fala, mas individualmente, visto que nem todos os membros dela utilizam a língua da mesma forma. Para essa linguista, “em diferentes comunidades de fala, fatores sociais e linguísticos vinculam-se não apenas de diferentes formas, mas em ‘graus’ diferentes” (ROMAINE, 1980, p. 13, tradução e grifo nossos). A autora não acredita que os membros de uma mesma comunidade de fala utilizem as regras gramaticais da mesma forma. Nesse sentido, não há, na verdade, uma homogeneidade no lócus de estudo, uma vez que as mudanças linguísticas não ocorreriam em toda a comunidade de fala, mas essas seriam consideradas locais e individuais.

Essa questão também levaria em conta uma sociedade discordante, que pensa e avalia de forma diversa a respeito de como a própria língua e suas variantes são utilizadas. Assim, as ‘atitudes’ dos usuários da língua estariam baseadas nos ideais inerentes a cada indivíduo. É por isso que, dentro dessa visão, as comunidades de fala podem ser constituídas de membros de uma profissão com um jargão especializado, grupos sociais distintos, como alunos de Ensino Médio ou admiradores de determinado grupo – como os adeptos ao movimento *punk*, por exemplo, ou os moradores de uma favela – ou até mesmo grupos menores, como os de famílias e de amigos. Assim sendo, até mesmo comunidades *on-line* podem representar uma comunidade de fala. Membros de comunidades de fala desenvolvem uma gíria ou um jargão, dos quais o grupo se serve para propósitos especiais ou por causa de alguma prioridade.

Tais propostas abordam, primordialmente, as noções de sociedade e indivíduo. Contudo, para o modelo de Labov, o conceito de comunidade de fala é essencial, visto que se fundamenta na sociedade; já para a noção de contraste entre crenças e atitudes dos membros de dada comunidade, cada indivíduo é relevante.

Patrick (2004) posiciona-se de maneira conciliadora em relação a esse debate. Para ele, as propostas para um conceito de comunidade de fala como consensual – conforme Labov – ou contrastiva – como acredita Romaine, por exemplo – podem ser

³ Entende-se ‘comunidade linguística’ como o conjunto de povos que compartilha uma língua em comum. Assim, países lusófonos, como Brasil, Portugal e Moçambique, por exemplo, fazem parte de uma mesma comunidade linguística.

utilizadas de acordo com as necessidades do estudioso. Por esse motivo, o autor explica que esse não poderia ser um conceito aceito como já definido, mas deveria ser construído de acordo com as necessidades do pesquisador, conforme as hipóteses construídas por ele. Hudson (1980, p. 30, tradução nossa), por sua vez, afirma que “é possível que as comunidades de fala não existam na sociedade, exceto como protótipos na mente das pessoas e, nesse caso, a busca pela definição ‘verdadeira’ de ‘comunidade de fala’ é apenas uma perseguição inútil”.

Além dessa questão, é preciso ainda notar que um indivíduo pode pertencer a várias comunidades de fala, identificando-se com uma ou com outra de acordo com a situação. Fica, então, bem mais difícil delimitar o conceito que se busca desde o início deste texto, já que se pode encontrar um sem-número de comunidades de fala dentro de uma mesma sociedade. Desse modo, restringir de forma sistemática essa noção parece ser bastante difícil pelas variadas identidades assumidas pelos indivíduos.

Para Mello (2001), é preciso recorrer à noção de ‘domínios linguísticos’ para que se possa compreender os usos e as funções de uma língua dentro de uma comunidade: nesse caso, trata-se de uma situação particular na qual ocorre uma interação verbal. Por exemplo, a interação entre pessoas de uma mesma família pertence ao domínio familiar, enquanto que a interação entre professores e alunos pertence ao domínio escolar e assim por diante. Fishman (1968) apud Mello (2001) identifica como principais domínios linguísticos a família, a escola, a igreja, o trabalho ou vizinhança. Cada um desses domínios pode exigir uma única língua ou mais, dependendo dos participantes da interação, da relação afetiva entre eles, do tópico a ser discutido, do grau de formalidade da situação e da função dessa troca comunicativa. Portanto, a noção de domínios linguísticos não se limita ao local onde ocorre, mas à situação como um todo, incluindo, de modo geral, todas as relações psicossociais que permeiam a comunicação entre as pessoas.

Dada essa constatação a respeito de domínios linguísticos, percebe-se a relevância de se fazer uma subdivisão metodológica dentro de uma mesma sociedade que compartilharia a mesma língua, visto que, como já se sabe, fazer uso de uma mesma língua não é critério para determinar o objeto de um estudo sociolinguístico. Por causa das particularidades dos indivíduos, da sociedade em que se inserem e até mesmo da própria língua é que alguns autores referem-se a dimensões mais delimitadas para o estudo da variação em

Sociolinguística. Os objetos de estudo passariam a se concentrar, então, numa subdivisão da ‘comunidade’ em questão, direcionando a pesquisa para microníveis de análise, delineando, dessa forma as noções de ‘redes sociais’ e de ‘comunidades de prática’. Isso ocorre porque se tornou necessária uma restrição maior para esse objeto de estudo, visto que não se pode considerar apenas o que há de comum entre as variáveis de uma língua.

Microníveis de uma comunidade de fala

Conforme se pôde perceber pela descrição do debate a respeito de uma possível concepção do objeto de estudo da Sociolinguística, a noção de comunidade de fala conforme Labov estabeleceria passa a ser muito ampla para o escopo das pesquisas sobre variação. As inúmeras discussões sobre o assunto levam à descrição de dois níveis mais restritos para ‘comunidade’, fazendo com que seja possível, com isso, delinear estudos baseados em indivíduos mais específicos. Passa-se, com isso, à explicitação das noções de ‘rede social’ e de ‘comunidade de prática’.

A ‘rede social’ de um indivíduo é o total de relacionamentos nos quais os indivíduos estão envolvidos (MILROY, 2004). Ela é mais bem considerada como um meio de captar as dinâmicas subjacentes aos comportamentos interacionais dos indivíduos do que como uma categoria social fixada. Nessa abordagem, os próprios indivíduos criam comunidades pessoais que provêm uma estrutura significativa para resolver quaisquer questões relacionadas à vida cotidiana. Contudo, as relações entre os indivíduos podem variar de acordo com os tipos e a força dos vínculos em que eles se inserem.

De acordo com Britain e Matsumoto (2008), as abordagens relacionadas às redes sociais não são baseadas no uso ou em avaliações compartilhadas da língua, mas nas ligações sociais nas quais as pessoas estão engajadas, tais como as relações familiares, de amizade ou de vizinhança, por exemplo. Esses vínculos parecem estar relacionados às noções de ‘domínios linguísticos’, citados neste texto por meio de Mello (2001), mas nesse caso abrangendo, além dos aspectos linguísticos, também os sociais. Essas redes medem conexões reais em uma ‘comunidade’ em que os seus membros se conhecem e avaliam até que ponto os seus pares estão estabelecidos naquela comunidade. Já as abordagens relacionadas ao conceito de comunidade de fala, segundo os mesmos autores, não mencionam que os membros dela devam conhecer uns aos outros e pouco falam sobre o quanto integrados socialmente os indivíduos

deveriam estar para se estabelecer um padrão de análise.

Em conformidade com essa visão, Gumperz (1996) acredita numa diversidade própria da comunidade de fala, visto essa ser constituída por uma variedade de redes de socialização, as quais se associam a padrões de uso e interpretação linguísticos. Esse autor acredita que as redes sociais devem ser vistas como unidades de análise, ao invés da comunidade de fala: “se os significados residem em práticas interpretativas e essas se localizam em redes sociais nas quais o indivíduo está socializado, então as unidades ‘cultura-’ e ‘língua-’ não são nações, grupos étnicos ou algo similar, mas redes de indivíduos em interação” (GUMPERZ, 1996, p. 11, tradução nossa).

A expressão ‘redes sociais’ pode ser utilizada metaforicamente, referindo-se a grupos que possuem laços sociais em comum, e metodologicamente, trabalhando com maneiras de definir e medir a estrutura da comunidade analisada. Este segundo aspecto abrange a força de uma rede sobre o comportamento linguístico dos indivíduos em dada comunidade (BRITAIN; MATSUMOTO, 2008), e isso inclui o envolvimento de fatores emocionais, de tempo, de intimidade ou de reciprocidade, por exemplo. As pessoas envolvidas em redes sociais mais fortes, por hipótese, poderiam afetar o comportamento e as atitudes umas das outras, incluindo as normas linguísticas, o que reforçaria o uso de dialetos locais. Já as redes sociais com laços mais fracos teriam pouca resistência a influências externas, levando a variações e, conseqüentemente, a mudanças linguísticas e comportamentais. Ao optar por estudar a língua em redes sociais – vista como uma categoria real e concreta de análise –, o estudioso se concentra na avaliação de indivíduos reais em situações interativas.

Embora a variação adquira significado em redes sociais mais consistentes, alguns autores, como Meyerhoff (2004), preferem adotar o conceito de ‘comunidade de prática’, que está vinculado à noção de que as variantes linguísticas alcançam significado por meio desses tipos de redes. Tal concepção decorre do fato de que, em comunidades de prática, pretende-se determinar os ‘locais interacionais’ em que o significado social está ligado por elementos linguísticos, e onde tal significado e a mudança linguística são co-construídos (MILROY, 2004). Além disso, uma comunidade de prática pode ser definida como aquela que contém grupos nos quais o engajamento comum em alguma atividade ou empreendimento é suficientemente intenso para

criar, ao longo do tempo, repertórios de práticas compartilhadas. Além disso, seus membros devem estar suficientemente engajados e não somente compartilharem de certa característica. Os indivíduos, ao ‘escolherem’ pertencer a uma dada comunidade, compartilham repertórios de práticas, incluindo as linguísticas. As variantes linguísticas assumiriam significação social, havendo relação direta entre língua e sociedade, e os estilos individuais ocupariam lugar central na investigação da variação linguística.

Para um estudo baseado na comunidade de prática, Meyerhoff (2004) refere-se a três critérios gerais para que se possa trabalhar nessa concepção: (a) os membros de uma comunidade de prática precisam estar juntos para engajarem-se em suas práticas compartilhadas; (b) os membros compartilham de algum empreendimento negociado em comum, ou seja, eles se unem por causa de um propósito; e (c) o repertório compartilhado em uma comunidade de prática é o resultado cumulativo de negociações internas. Nesse sentido, os repertórios mencionados são dinâmicos, isto é, modificam-se conforme o seu uso e as negociações dentro da comunidade. Com isso, os seus membros compartilham de práticas culturais diversas e, por esse motivo, as escolhas na língua estão em constante negociação, e essas ocorrem implicitamente, no decorrer das trocas comunicativas.

É possível distinguir, de maneira geral, os três tipos de concepções de ‘comunidade’ explorados neste texto a partir da explicitação das relações inerentes a cada conceito. Os membros de uma comunidade de fala não precisam, necessariamente, se conhecerem, enquanto os de uma rede social certamente sim, já que estão ligados por diferentes graus de laços de interação, interessando o que as pessoas são. Mas, para uma comunidade de prática, essa conexão não basta; é necessário, nesse caso, que os indivíduos tenham um engajamento em comum, levando-se em conta as suas ocupações: pessoas que se relacionam por causa de uma determinada atividade costumam participar de uma mesma comunidade de prática. Dessa forma, elas compartilham práticas culturais distintas, o que se reflete nas suas trocas linguísticas.

Pode-se perceber, com essas concepções recentes, que a Sociolinguística parece se encaminhar para um foco mais específico na análise da variação, passando da noção de comunidade de fala como um todo para o indivíduo como o elemento mais relevante em uma pesquisa. Nesses microníveis, mais delimitados, a heterogeneidade de uma comunidade de fala é levada em conta, e a

relação indivíduo, língua e sociedade tem valor primordial para as análises.

Observando-se essas três possíveis concepções de ‘comunidade’, verifica-se uma espécie de afunilamento na concepção do objeto de estudo da Sociolinguística, o qual parte da ideia de comunidade de fala, que envolveria os usuários de uma mesma língua de maneira geral até chegar a um conjunto de indivíduos que partilham de comportamentos linguísticos originados a partir de práticas em comum. Assim, hoje muitos autores preferem adotar um conceito de comunidade que envolve um grupo de indivíduos unidos para desempenhar práticas compartilhadas em um esforço comum. Dessa forma, como mencionam Britain e Matsumoto (2008), uma comunidade passa a ser algo concreto, com pessoas interagindo umas com as outras, com determinado propósito em comum, e adaptando-se linguisticamente, a fim de encaixarem-se em determinado grupo de indivíduos.

Contudo, mesmo considerando-se a concepção de comunidade de prática como a que melhor serve aos propósitos de uma teoria sociolinguística, é necessário perceber a intrincada relação dessa noção com a de redes sociais. Isso porque não se sabe até que ponto um indivíduo consegue operar mudanças na língua a ponto de influenciar os outros dentro de sua comunidade de prática, visto que ele traz, de suas relações com outros meios sociais, experiências diversas em seu comportamento linguístico. Dessa forma, o indivíduo pode ser o fundador de dada mudança, ou então adaptar-se a ela no decorrer de sua interação com seus pares.

Essa questão demonstra que há uma intrincada relação nas concepções de comunidade de prática e de redes sociais. Existem sutis diferenças a se observar, como o nível de consciência dos falantes, levado em conta em uma comunidade de prática, no qual os relacionamentos são estabelecidos por uma causa, enquanto nas redes sociais esses são ligações de indivíduos ao acaso. Mesmo assim, as relações em uma comunidade de prática parecem não existir sem que os participantes que a constituem tragam informações de suas trocas comunicativas em redes sociais diversas.

Portanto, sendo a concepção de ‘comunidade’ uma construção metodológica, acredita-se ser necessário pensar, no início de um estudo sociolinguístico, em que tipos de vínculos os integrantes da pesquisa podem estar envolvidos, visto que esses laços trazem influências para o grupo. Um estudo acerca de determinadas variantes de uma dada língua deve ser constituído também de uma análise das relações sociais entre os indivíduos de determinado lugar para que, então, se possa

estabelecer a comunidade de fala a ser abordada. Esse objeto é, portanto, fixado no decorrer da pesquisa, não sendo algo fixado *a priori*. Por esses motivos, acredita-se que se deve ter em mente tanto as concepções de redes sociais – visto as inúmeras relações que um sujeito pode estabelecer – e de comunidades de prática – já que o *background* trazido pelos seus membros, a partir de suas relações com as redes sociais, é introduzido implicitamente nas trocas com seus pares –, abarcando ambas as noções numa relação de complementaridade. Tal esforço em associar esses microníveis de comunidade auxilia o pesquisador a refletir sobre o processo de construção de significados para as mudanças nas comunidades pelo encadeamento social protagonizado por seus membros – os quais só podem ser conhecidos a partir dessa observação.

Considerações finais

O propósito deste ensaio foi levantar as diferentes definições de comunidade de fala a partir de Labov, para o qual essa é uma concepção homogênea, o que torna o estudo de variáveis em uma comunidade pré-definida possível por delimitar o objeto de uma pesquisa. Como descrito, diversos autores discordam dessa concepção e argumentam que uma comunidade de fala é heterogênea, visto que não se podem considerar apenas a língua e as atitudes linguísticas dos indivíduos, mas as relações sociais nas quais eles se inserem. Dessa forma, Romaine (1980), Gumperz (1996) e Milroy (2004), por exemplo, são estudiosos que acreditam que as variações linguísticas ocorrem via interação e no próprio indivíduo, pela enormidade de relações sociais nas quais cada sujeito pode se inserir. Por esse motivo, esses e outros autores acreditam que uma comunidade de fala é heterogênea, baseada na interdependência do indivíduo com a sociedade e a língua.

A partir dessas questões, e da consciência da amplitude de um estudo a partir da noção de comunidade de fala, sociolinguistas têm valorizado as relações ainda mais estreitadas dessa noção para níveis menores, como o de ‘rede social’ e de ‘comunidade de prática’. Isso ocorre porque se percebeu a necessidade de valorizar o indivíduo como agente transformador da língua, cujas relações sociais se refletem nos diferentes modos de falar. Nesse sentido, as redes sociais de um indivíduo podem ser estabelecidas a partir de suas relações com diversos grupos sociais, tais como o familiar, o escolar, o profissional, entre outros. Essas redes são formadas ao acaso, conforme os vínculos criados pelos sujeitos em sua vida cotidiana. Já as

comunidades de prática são criadas por causa de um propósito comum, em que os indivíduos engajam-se em repertórios de práticas para determinado fim.

O conceito de comunidade de fala é uma elaboração metodológica e, como tal, deve ser construído de forma *ad hoc*, isto é, conforme as necessidades e no momento da pesquisa, atentando-se para os tipos possíveis de ‘comunidade’, conforme os estabelecidos neste texto. É relevante, por isso, que se estabeleçam os tipos possíveis de relações que levam à formação de uma comunidade de fala. Visto isso, este texto posiciona-se em favor da união complementar das concepções de redes sociais e de comunidades de prática, utilizando-as ao mesmo tempo para melhor definir a análise das variações linguísticas dentro de certo grupo. Em primeiro lugar, acredita-se no uso da noção de redes sociais porque cada indivíduo traz consigo todo um *background* de conceitos já existentes por causa de suas relações com outros subgrupos dentro da mesma comunidade. Em segundo, o conceito de comunidade de prática é utilizado conjuntamente porque as crenças, os valores, os significados trazidos à tona por meio de fatores linguísticos serão inseridos, ou provocarão mudanças conforme ocorrer a interação entre pares. Dessa maneira, os vínculos entre língua, sociedade e indivíduo são investigados e considerados durante a reflexão do processo de variação – ou de mudança – decorrente de um emaranhado de relações em que os membros de dada comunidade de fala podem estar envolvidos.

Referências

- BLOOMFIELD, L. A set of postulates for the science of language. **Language**, v. 2, n. 2, p. 153-164, 1926.
- BRITAIN, D.; MATSUMOTO, K. **Language, communities, networks and practices**. Disponível em: <<http://www.homepages.tesco.net/~david.britain/15.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2008.
- FIGUEROA, E. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1994.
- GUMPERZ, J. J. The speech community. In: SILLS, D. L.; MERTON, R. K. (Ed.). **International encyclopedia of the social sciences**. London: MacMillan, 1968. p. 381-86.
- GUMPERZ, J. J. Introduction to part IV. In: GUMPERZ, J. J.; LEVINSON, S. C. (Ed.). **Rethinking linguistic relativity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 359-373.
- GUY, G. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: Abralín, 2001. Disponível em: <http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2008.
- HUDSON, R. A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- HYMES, D. Introduction. In: HYMES, D. (Ed.). **Language in culture and society: a reader in linguistics and anthropology**. New York: Harper and Row, 1964. p. 385-390.
- HYMES, D. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (Ed.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. Oxford: Blackwell, 1972. p. 35-71.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MELLO, H. A. B. Perfil sociolinguístico de uma comunidade bilíngue da zona rural de Goiás. **Linguagem e Ensino**, v. 4, n. 2, p. 61-92, 2001.
- MEYERHOFF, M. Communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. (Ed.). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 526-548.
- MILROY, L. Social networks: communities of practice. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. (Ed.). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 549-572.
- PATRICK, P. L. The speech community. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. (Ed.). **Handbook of variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 573-597.
- ROMAINE, S. What is a speech community? In: **SOCIOLINGUISTIC variation in speech communities**. London: Edward Arnold, 1980. p. 13-24.
- ROMAINE, S. **Language in society: an introduction to sociolinguistics**. London: Blackwell, 1994.
- SEVERO, C. G. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Revista Voz das Letras**, n. 9, p. 1-17, 2008.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- WARDHAUGH, R. **An introduction to sociolinguistics**. Cambridge: Blackwell, 2002.

Received on February 17, 2009.

Accepted on April 29, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.